



2017

ISSN: 2359-6597

EMPODERE-SE PELO CONHECIMENTO: POLÍTICA E GESTÃO NO ENSINO MÉDIO

Guilherme Howes*

Resumo: Este texto tem por base um Projeto de Extensão que propõe a aproximação entre a Universidade e o universo escolar. Para tanto a proposta é promover uma série de cursos no formato de oficinas no sentido de contribuir para a ampliação do conhecimento dos alunos da escola básica da Rede Estadual sobre a sua vida política e fomentar a partir disso possíveis formas de ação e intervenção na realidade social. O objetivo primordial do Projeto é estreitar os vínculos, as fronteiras da convivência e a relação entre as discussões e o conhecimento produzido na Universidade e as práticas sociais da comunidade em seu entorno, em especial as escolas, estabelecendo um diálogo e uma aproximação dos alunos do Ensino Médio da Rede Estadual da cidade de Santana do Livramento com a UNIPAMPA. O período de duração do Projeto será de dois anos. O resultado esperado é o de que ao conhecer as instâncias oficiais e as dinâmicas de gestão do poder que organizam a vida social e política de todos, a comunidade escolar empodere-se, por meio deste conhecimento, e promova transformações mais concretas, não somente em sua realidade educacional, como também em contextos mais amplos da sua realidade social.

Palavras-chave: Extensão. Ensino Médio. Política. Gestão. Participação.

Introdução

Importante iniciar apresentando a importância da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão na universidade e sua aproximação com a escola básica. Apenas tomadas em conjunto, o ensino, a pesquisa e a extensão constituem o que é essencial no Trabalho Pedagógico. Em educação, este trabalho não pode prescindir desta articulação. Podemos definir provisoriamente e de forma genérica a pesquisa como um conjunto de estratégias e atividades com vistas a atingir determinado conhecimento. Podemos também recortar esta definição para uma atividade mais relacionada ao conhecimento científico. Nesse caso, a

* Antropólogo, mestre em Ciências Sociais, doutor em Educação. Professor de Teoria Social na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: guilhermehowes@gmail.com.

definição ficará mais restrita e a pesquisa estará mais relacionada a uma investigação criteriosa, sustentada teoricamente e orientada metodologicamente. A definição de pesquisa, portanto, dependerá do ponto de vista de cada orientação teórico metodológica e mais ainda. Ela é sempre produzida por seres humanos e estes seres humanos estarão sempre limitados e compreendidos ao seu tempo histórico e ao seu lugar. Lugar aqui, não só no sentido de lugar físico, como também seu “lugar social”, ou seja, a posição que ocupa em determinados ordenamentos sociais.

Nesse sentido, a pesquisa como base primordial do Trabalho Pedagógico, estará ancorada em um conjunto de ações que visam a elaborar interpretações críticas sobre a realidade social, bem como possíveis modos de ação e intervenção nesta mesma realidade social. Compreender e ter consciência da realidade, por meio da atividade de investigação, é um primeiro passo na elaboração de um trabalho verdadeiramente pedagógico. Agir e interferir nesta realidade serão consequências necessárias desta atividade. Nesta perspectiva, o empírico é o que é percebido pela experiência, e toda experiência é histórica e, portanto, construída socialmente.

O que se busca afirmar aqui é que a pesquisa é essencialmente pedagógica, e nesse contexto, ela é também uma relação social. Tanto as relações sociais quanto suas percepções, são condicionadas historicamente. Portanto, pesquisar não pode ser somente acessar a realidade empírica, mas abstraí-la, pensá-la, compreendê-la e transformá-la. Neste processo, o pesquisador desencadeia um processo mental de abstração no qual ele decompõe cada fenômeno investigado em suas múltiplas determinações. Ao fazê-lo, terá chegado à sua determinação ou expressão fundamental, aquilo que lhe subjaz, o que lhe constitui essencialmente. A pesquisa apresenta-se então como um movimento que fazemos, ao nos relacionarmos com o mundo, com a natureza, com os outros sujeitos, e nessa relação, entrevemos fenômenos cuja percepção nos é peculiar; mas cuja manifestação é relacional, coletiva, social e historicamente determinada. Por essa razão, ela será sempre um ato coletivo e multiplamente determinado.

Via de regra, por exemplo, as políticas e as estratégias de formação de professores no Ensino Médio, são atividades mecânicas e descontextualizadas, e que, em boa medida, apenas reproduzem o modelo estrutural. É impossível, nesse entendimento, formar professores, senão por meio do fomento à pesquisa, uma vez que é impossível dissociar a atividade prática da pesquisa, do Trabalho Pedagógico. Professores que não pesquisam, jamais serão produtores

de conhecimento. Quando muito, reprodutores de uma lógica que apenas discursiva sobre a autonomia e a emancipação.

De uma forma geral, as Políticas Públicas proporcionam acesso a textos absolutamente críticos e criteriosamente elaborados. Porém, eles chegam até o espaço escolar prontos, e as atividades de leitura, compartilhamento, reflexão e apropriação destes textos são proporcionadas por estratégias normalmente arbitrárias e desestimulantes, produzindo entre os docentes, justamente o efeito contrário a que se propunham. Produzem reações negação, de rechaço, levando à sua ineficácia e sua virtual invisibilidade. Por tudo isso, o professor perde seu lugar social. Ao não ser o produtor do conhecimento por meio da pesquisa social e da prática pedagógica e política, intrinsecamente associadas ao seu Trabalho Pedagógico, tanto professor universitário quanto da escola básica apenas reproduz saberes descontextualizados, disciplinados e esvaziados de significação.

Nesse sentido, o que se está tratando aqui como pesquisa social, é um conjunto de ações que visam a elaborar interpretações críticas sobre a realidade social, bem como possíveis modos de ação e intervenção nesta mesma realidade social. Compreender e ter consciência da realidade por meio da atividade de investigação é um primeiro passo na pesquisa social. Por essa razão, os projetos de pesquisa e extensão devem ser entendidos como um conjunto de procedimentos temporalmente situados, com a finalidade de garantir a consecução de pesquisa que contemple a promoção, a atualização, o aprimoramento e produção do conhecimento científico, cultural, artístico e tecnológico.

Em tempo, estou compreendendo Extensão como um conjunto processual e contínuo de projetos e outras ações de extensão universitária, de caráter educacional, social, cultural, artístico, científico ou tecnológico, relacionada a cursos, eventos e prestação de serviços, de caráter orgânico e institucional, que preferencialmente devem estar articulados por sua vez às atividades de ensino e pesquisa. Devem ser desenvolvidos interativamente por docentes e discentes através de ações sistematizadas, voltadas a questões sociais relevantes. Essas ações devem ser orientadas para um objetivo comum e executadas a médio e longo prazos, envolvendo contextual e interdisciplinarmente docentes, técnicos-administrativos e discentes, por fim, toda comunidade universitária.

Entre os principais objetivos dos projetos de extensão pode-se incluir o de articular o ensino e pesquisa às necessidades da sociedade; contribuir para a reflexão crítica e análise das concepções e práticas curriculares vigentes; possibilitar aos acadêmicos, através da experiência de ações extensionistas, subsídios à prática profissional que contribuam para a

formação de sua consciência social e política; estabelecer um fluxo bidirecional entre conhecimento acadêmico e popular, visando à produção e socialização do conhecimento; e o de promover ações de apoio e estímulo à organização, participação e desenvolvimento da sociedade, a partir dos subsídios oriundos de uma convivência crítica e reflexiva com esta mesma sociedade.

1 Justificativa da ação extensionista

Em pesquisa realizada no último mês de agosto de 2017 pela diretoria de análise de Políticas Públicas (DAPP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) intitulada “O Dilema do Brasileiro: entre a descrença no presente e a esperança no futuro” fica demonstrado que o nível de desconfiança das instâncias públicas de deliberação política é muito alto; em especial o índice de desconfiança em relação aos Partidos Políticos brasileiros (VIANA, 2013): tanto em nível nacional quanto tomado singularmente cada região do País superam aos 60%. Em relação aos Sindicatos os índices de não confiança ficam, em qualquer região do País, perto da casa de um terço da população. Por fim, mais de 40% da população em qualquer Região do País, acredita que é inútil qualquer forma de protesto como forma de reação aos poderes instituídos. Entretanto, ao ser perguntado sobre se “Para o Brasil mudar, precisamos que o povo se mobilize?”, mais de 70% da população respondeu positivamente. Diante desse quadro o debate sobre estas questões enseja-se como uma necessidade. Levar até a Escola Básica um amplo panorama sobre a relevância da inserção e sobre a participação direta e consciente de todas as pessoas e suas formas de representação (partidos, sindicatos, ONGs, associações, etc.) nas instâncias deliberativas do poder instituído configura-se imperiosamente. Embora os dados da Pesquisa apontem para um descrédito significativo acerca destas instâncias deliberativas, em especial os Partidos Políticos, é a partir deles que toda vida política da sociedade está organizada (TANSEY, 2015). É a partir deles que se organizam os quocientes eleitorais (tanto majoritários quanto proporcionais) que distribuirão as “fatias” de poder com capacidade deliberativa sobre a vida de todas as comunidades. É a partir deles que se organiza toda aprovação ou não das políticas públicas (RODRIGUES, 2015; BONETTI 2011) e formas de gestão (PARO, 2010) da cidadania brasileira, em qualquer das suas instâncias, em qualquer dos entes federativos da nação. Dessa forma, como esta pesquisa da FGV demonstra, embora seja apenas um exemplo do quadro amplamente compreendido, debater política na Escola, discutir publicamente sobre estrutura e da organização do poder e dos poderes no Brasil, Estado e Município; a forma, o sistema e o

regime de governos brasileiros; a organização do sistema eleitoral e partidário no país, a relação entre o Estado, a cidadania e as políticas públicas; é tarefa primordial e parte substancial da produção de conhecimentos de uma universidade pública, laica e de qualidade.

2 Conteúdo e objetivo geral

O conteúdo básico dos cursos/oficinas procura tratar da estrutura e da organização do poder e dos poderes no Brasil, Estado e Município; a forma, o sistema e o regime de governos brasileiros; a organização do sistema eleitoral e partidário no país, a relação entre o Estado, a cidadania e as políticas públicas. Por outros termos, os cursos/oficinas tratarão da política e suas implicações, de gestão destas políticas, de relações de poder e de suas interfaces e consequências para a educação e a escola pública. Cada curso/oficina terá a duração de um turno, podendo estender-se por mais tempo, dependendo da demanda de cada contexto escolar.

O objetivo primordial deste Projeto é estreitar os vínculos, as fronteiras da convivência e a relação entre as discussões e o conhecimento produzido na Universidade e as práticas sociais da comunidade em seu entorno, em especial as escolas, estabelecendo um diálogo e uma aproximação dos alunos do Ensino Médio da Rede Estadual da cidade de Santana do Livramento com a Universidade Federal do Pampa.

2.1 Objetivos específicos

- a) Promover junto à Escola Básica espaços de discussão e esclarecimentos sobre estrutura e da organização do poder e dos poderes no Brasil, Estado e Município;
- b) Conhecer a forma, o sistema e o regime de governos brasileiros;
- c) Discutir sobre a organização do sistema eleitoral e partidário no país,
- d) Demonstrar a relação entre o Estado, a cidadania e as políticas públicas.
- e) Ampliar o debate público e aberto sobre política e suas implicações na gestão destas políticas, sobre as relações de poder e de suas interfaces e consequências para a educação e a escola pública.

3 Elementos teóricos conceituais

O primeiro elemento teórico conceitual é a própria concepção de aproximação entre a universidade e a comunidade em seu entorno na forma de extensão, compreendida como um conjunto processual e contínuo de projetos e outras ações, de caráter educacional e prestação de serviços, orgânico e institucional, no qual preferencialmente devem estar articulados as atividades de ensino e pesquisa. Devem ser desenvolvidos em ações sistematizadas, voltadas a questões sociais relevantes. Essas ações devem ser orientadas para um objetivo comum envolvendo contextual e interdisciplinarmente toda comunidade universitária.

Um segundo elemento conceitual, e que serve como um mote, uma espécie de “porta de entrada” e inserção na comunidade, ao mesmo tempo que insere a comunidade na produção direta de conhecimentos, é a questão do poder e da política. Se relacionam com as questões de cidadania e das políticas públicas, da gestão da vida de toda a comunidade, em todas as suas instâncias. Tomo aqui política e poder em seus sentidos mais amplos compreendendo que política “significa tudo aquilo que se refere ao público, ao que é sociável e social” (BOBBIO, 2010 p.954); já o poder “designa a capacidade de agir, de produzir efeitos (ibidem, p. 933). Estes conceitos teórico/práticos e conceituais sinalizam, assim, que a “política não se ocupa de todos os processos e tomada de decisões, mas somente daqueles que afetem, de alguma forma, a coletividade.” (RIBEIRO, 2010. p. 25). É nesse contexto que as instâncias políticas e deliberativas dos poderes instituídos interessam, pois elas medeiam toda vida social, todas as formas de gestão da cidadania e das políticas públicas, dentro e fora da universidade, dentro e fora da Escola; sendo função destas últimas debater aberta e publicamente sua importância.

4 Metodologia da ação

A ação extensionista será desenvolvida na forma de cursos em formato de oficinas inicialmente dispostas em um turno, podendo ser estendidas a critério das escolas e disponibilidade da equipe executora. O contato com as escolas será intermediado pela Coordenadoria Regional de Educação – 19ª CRE, Santana do Livramento, e articulado com o Sindicatos dos Professores da Rede Estadual – CPERS Santana do Livramento.

Até a escola será levado todo equipamento técnico (Datashow e equipamento de som) propiciando as exposições iniciais dos conteúdos propostos para discussão. Em um segundo momento serão propiciados momentos de interação e debates entre alunos, professores, comunidade escolar e comunidade ampla; apresentando suas impressões sobre os temas em

tela. Ao final, as oficinas procuram formular pautas propositivas que nortearão debates entre a própria comunidade, entre os temas das aulas tanto na escola quanto na universidade.

5 Equipe de trabalho

Trabalhadores em educação ligados às escolas e ao Projeto junto à Universidade e sindicatos e associações vinculadas à ação extensionista.

5.1 Instituições e entidades envolvidas na ação

A 19ª Coordenadoria Regional de Educação, em Santana do Livramento, será a mediação para o contato com as escolas. Embora a ação extensionista não prescindir de um contato direto com cada escola, e sua equipe diretiva em que será realizada cada curso/oficina, a 19ª CRE será a viabilizadora de uma articulação do cronograma da ação.

O CPERS Sindicato – Núcleo 23 de Santana do Livramento será o articulador de um contato mais direto com os professores, no sentido de ampliar os debates propostos com as equipes diretivas e com a 19ª Coordenadoria Regional de Educação.

6 Resultados esperados

O resultado, nessas considerações, a que se espera chegar é o de que ao conhecer com mais clareza as instâncias oficiais e as dinâmicas de gestão do poder que organizam a vida social e política de todos, a comunidade em geral, e em especial a comunidade escolar empodere-se, por meio deste conhecimento, e promova transformações mais substanciais e significativas, não somente em sua realidade educacional, como também em contextos mais amplos da sua realidade social; fomentando a partir disso formas exequíveis e concretas de ação e intervenção na realidade social.

7 Cronograma de atividades

Fevereiro 2018	Março de 2018 até Dezembro de 2018	Janeiro 2019	Fevereiro 2019	Março 2019 até Dezembro 2019	Janeiro e Fevereiro de 2020
----------------	------------------------------------------	--------------	----------------	------------------------------------	--------------------------------

Registro do projeto na Plataforma no Sistema de Informações de Ensino (SIE)	Execução da ação extensionista	Período de recesso nas escolas – produção textual sobre a ação extensionista	Período de recesso nas escolas – produção textual sobre a ação extensionista	Execução da ação extensionista	Finalização do Relatório conclusivo a ação extensionista e produção textual final relativa à ação – envio de resumos e textos completos para eventos e de artigos a periódicos da área visando maior publicidade e divulgação da ação
-----------------------------------------------------------------------------	--------------------------------	------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

8 Indicadores de avaliação

A avaliação da ação extensionista será imediatamente auferida do contato direto e efetivo com o público com o qual estará interagindo. A presença e a participação da comunidade escolar e seu entorno nos cursos/oficinas será a efetiva mensuração da capacidade de mover ações concretas com vistas à conscientização e às transformações em suas próprias realidades.

9 Orçamento

Uma vez efetivada a ação extensionista dentro dos trâmites da universidade serão buscadas agências de fomento para sua realização, possibilitando bolsas de estudo e participação dos discentes, monitorias e eventos de divulgação. Entretanto, e independente de qualquer órgão externo que o financie, este Projeto é viável de ser levado a termo com recurso próprios.

Referências

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 1. Vol. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 13ª edição, 4ª reimpressão, 2010.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por dentro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

GIOVANNI, Geraldo di. NOGUEIRA, Marco Aurélio. (orgs.) **Dicionário de Políticas Públicas**. Editora Unesp Fundap, SP: 2015.

HOWES, Guilherme. **Educação Terceirizada: A (Des) Humanização do Trabalho Pedagógico**. Anais do Evento VII Congresso Internacional de Educação, Faculdade Palotina (FAPAS), Santana do Livramento: maio, 2017.

_____. **As políticas para educação e o trabalho dos professores: o caso dos projetos “escola sem partido”**. II SEMINÁRIO POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS. Universidade Federal de Santana do Livramento. Observatório de Ações Afirmativas, outubro de 2016

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática na escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. Editora Objetiva, Rio de Janeiro: 2010.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Editora PubliFolha, 2015.

TANSEY, Stephen D. & JACKSON, Nigel A. **Política**. Coleção Homem, Cultura e Sociedade. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

VIANA, Nildo. **O que são partidos políticos?** Editora Kiron, Brasília: 2013.